

PROVA PARA PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO

1) De acordo com o artigo 37 da Constituição da República de 1988, são princípios inerentes à Administração Pública, EXCETO:

- a) **soberania.**
- b) eficiência.
- c) legalidade.
- d) publicidade.
- e) impessoalidade.

2) O poder conferido à Administração Pública para aplicar sanções administrativas aos seus agentes pela prática de infrações de caráter funcional se refere ao:

- a) poder regulamentar.
- b) **poder disciplinar.**
- c) poder vinculado.
- d) poder hierárquico.
- e) poder discricionário.

3) É elemento do ato administrativo:

- a) imperatividade.
- b) presunção de legitimidade.
- c) tipicidade.
- d) autoexecutoriedade.
- e) **competência.**

4) É atributo do ato administrativo:

- a) **presunção de legitimidade.**
- b) competência.
- c) objeto.
- d) finalidade.
- e) forma.

5) A natureza jurídica da Caixa Econômica Federal é:

- a) autarquia.
- b) sociedade de economia mista.
- c) fundação pública.
- d) empresa pública.**
- e) nenhuma das anteriores.

6) Nos termos da Lei n.º 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência.
- b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois)anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- e) todas as alternativas anteriores.**

7) Assinale a alternativa CORRETA acerca do controle dos atos da administração pública:

- a) o controle de mérito é uma forma de controle de atos da administração pública quanto ao seu aspecto controlado.**
- b) o controle externo popular é uma forma de controle de atos da administração pública quanto ao seu momento.
- c) o controle prévio é uma forma de controle de atos da administração pública quanto ao seu aspecto controlado.
- d) o controle interno é uma forma de controle de atos da administração pública quanto ao seu fundamento.
- e) o controle hierárquico é uma forma de controle de atos da administração pública quanto ao órgão que o exerce.

8) Sobre os direitos do consumidor, conforme o Código de Defesa do Consumidor, responda a alternativa correta

a) produto é só bem móvel material.

b) equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.

c) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante doação, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

d) só é considerado consumidor a pessoa física destinatária final do produto ou serviço.

e) a Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos fornecedores.

9) Responda a alternativa incorreta, conforme os direitos básicos do consumidor contidos no CDC.

a) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações .

b) a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.

c) a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.

d) a inadequada e ineficaz prestação dos serviços públicos em geral.

e) a preservação do mínimo existencial, nos termos da regulamentação, na repactuação de dívidas e na concessão de crédito.

10) Assinale a alternativa incorreta.

a) nem sempre que tiverem conhecimento de periculosidade de produtos ou serviços à saúde ou segurança dos consumidores, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão informá-los a respeito.

b) o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos

causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

c) os produtos e serviços colocados no mercado de consumo não acarretarão riscos à saúde ou segurança dos consumidores, exceto os considerados normais e previsíveis em decorrência de sua natureza e fruição, obrigando-se os fornecedores, em qualquer hipótese, a dar as informações necessárias e adequadas a seu respeito.

d) o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

e) o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais, o modo de seu fornecimento, o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam e a época em que foi fornecido.

11) Sobre a prescrição e a decadência no CDC, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

a) trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

b) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

c) noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

d) cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

e) quinze dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis.

12) A respeito da desconsideração da personalidade jurídica contida no CDC, responda a assertiva incorreta.

a) as sociedades coligadas só responderão por dolo.

b) as sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC.

c) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do CDC.

d) também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

e) a desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

13) Sobre estado de necessidade, marque a correta:

- a) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual ou iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- b) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.**
- c) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- d) É possível alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- e) Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser perdoada.

14) Sobre a imputabilidade penal, marque a correta:

- a) São imputáveis os menores de 18 anos e aqueles que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) O agente que, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito

do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento é considerado inimputável.

- c) A emoção e a paixão, a depender do grau, podem excluir a imputabilidade penal.
- d) Em qualquer hipótese a embriaguez afasta a imputabilidade penal.
- e) **A semi-imputabilidade é causa de redução de pena.**

15) Sobre as penas, assinale a correta:

- a) As penas privativas de liberdade previstas no Código Penal são as de detenção, de reclusão e de prisão simples.
- b) A pena de detenção não pode ser fixada em regime fechado, ainda que em regressão.
- c) **O rol de penas restritivas de direitos previsto no Código Penal não é taxativo, podendo outras leis extravagantes fixarem modalidade diversa.**
- d) Leis extravagantes somente podem adotar penas restritivas de direitos que substituam as penas privativas de liberdade, como acontece no Código Penal.
- e) A pena de multa prevista no Código Penal é convertida para a vítima.

16) Sobre a aplicação da pena, marque a errada:

- a) **Adota-se o critério trifásico de aplicação da pena, que consiste na análise, na primeira fase, das circunstâncias judiciais; na segunda, das causas de aumento e de diminuição e, na terceira, das agravantes e atenuantes.**
- b) As agravantes estão previstas num rol taxativo, enquanto que as atenuantes num rol exemplificativo.
- c) As causas de aumento e de diminuição estão previstas tanto na parte geral quanto na parte especial do Código Penal.
- d) A pena, na terceira fase de aplicação, pode ser fixada além do máximo e diminuída aquém do mínimo.

e) Causas de aumento não se confundem com qualificadoras. As primeiras promovem o aumento da pena, enquanto que as segundas formam novos tipos, com novos patamares mínimo e máximo.

17) Sobre o crime de lesão corporal, marque a errada:

- a) A lesão corporal pode se concretizar por meio de uma conduta que cause dano à integridade física ou mental de alguém.
- b) O Código Penal não distingue, como o faz a doutrina, as modalidades grave e gravíssima da lesão corporal, senão por meio das penas previstas, que são mais graves no último caso.
- c) Somente há que se falar em lesão corporal seguida de morte se o agente não agiu com dolo direto ou eventual de matar.
- d) Se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob a influência de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.**
- e) O crime de lesão corporal com violência doméstica não se restringe à vítima mulher, protegendo também o homem que esteja nas condições tipificadas no art. 129, §9º do Código Penal.

18) Sobre os crimes contra a dignidade sexual, marque a correta:

- a) Incorre na pena do estupro de vulnerável quem tem conjunção carnal com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato e seja necessariamente menor de 14 anos.
- b) Se do estupro de vulnerável resulta lesão leve ou grave, o crime passa a ser qualificado.
- c) Se do estupro de vulnerável resultar morte culposa, responderá o agente por estupro de vulnerável e homicídio culposo.
- d) O estupro coletivo é crime qualificado.
- e) Todos os crimes contra a dignidade sexual são de natureza pública incondicionada.**

19) Sobre a lei de drogas e Maria da Penha, marque a correta:

- a) Não há modalidade culposa de crime na Lei de Drogas.
- b) Na aplicação dos crimes tipificados na Lei 11.343/06, a natureza e a quantidade da droga, bem como a personalidade e a conduta social do agente têm maior peso na aplicação da pena do que as circunstâncias judiciais previstas no Código Penal.**
- c) A Lei Maria da Penha somente se aplica se a vítima for mulher e, o autor da violência, homem.
- d) As formas de violência são previstas em rol exaustivo na Lei Maria da Penha.
- e) A Lei Maria da Penha é um microsistema completo de proteção à mulher e, por prever um rol especial de medidas protetivas e assistenciais à vítima, não comporta a aplicação de outras leis.

20) A respeito dos direitos da personalidade, dispõe o Código Civil:

- a) o pseudônimo, mesmo que adotado para atividades lícitas, não goza da proteção que se dá ao nome.
- b) embora seja válida, com objetivo científico ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, não pode ser revogado a qualquer tempo.
- c) o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.**
- d) em se tratando de morto, são partes ilegítimas para requerer indenização por atos ofensivos contra a honra do falecido o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.
- e) em nenhuma hipótese os direitos da personalidade poderão ser transmitidos ou renunciados.

21) Sobre a invalidade dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

a) será nulo o negócio jurídico se celebrado por pessoa relativamente incapaz.

b) será nulo o negócio jurídico praticado mediante simulação, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

c) apenas nos processos em que seja parte, poderá o Ministério Público alegar nulidade.

d) embora os negócios jurídicos nulos não sejam suscetíveis de confirmação, convalidam-se pelo decurso do tempo.

e) será nulo o negócio jurídico se for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua eficácia.

22) Sobre a solidariedade das obrigações é incorreto afirmar:

a) a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.

b) cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

c) se um dos credores solidários falecer deixando herdeiros, cada um destes só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, salvo se a obrigação for indivisível.

d) convertendo-se a prestação em perdas e danos, perde-se a natureza solidária da obrigação.

e) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento responderá aos outros pela parte que lhes caiba.

23) A respeito da obrigação de indenizar, assinale a alternativa incorreta:

a) o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

b) o dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

c) o dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.

d) os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

e) a indenização mede-se pela extensão do dano. Neste sentido, caso haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, não poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

24) Sobre condição, termo e encargo é correto afirmar:

a) considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.

b) considerando a autonomia da vontade das partes que anima os negócios firmados sob a égide do Código Civil, são lícitas as condições que privem de todo efeito o negócio jurídico, ou o sujeitem ao puro arbítrio de uma das partes.

c) têm-se por ineficazes as condições impossíveis, quando resolutivas.

d) subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, mesmo enquanto esta estiver pendente, haverá direito adquirido ao favorecido.

e) o termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.

25) Será nulo o negócio jurídico quando resultante de:

a) simulação

b) erro

c) dolo

d) estado de Perigo

e) fraude contra credores

26) Sobre o domicílio, é correto afirmar:

- a) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência, mesmo com ânimo provisório.
- b) se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio o que ela for encontrada com maior frequência.
- c) tratando-se o domicílio de vínculo estabelecido por razões pessoais, os locais de exercício da profissão não poderão ser revestidos desta natureza.
- d) a fim de evitar fraudes, o domicílio das pessoas jurídicas de direito privado não poderá ser apontado em seu estatuto ou ato constitutivo.
- e) **têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.**

27) Sobre o inquérito policial, marque a errada:

- a) Deve ser concluído em 10 dias, se o indiciado estiver preso, ou em 30 dias, se solto.
- b) **Conta-se o prazo para a conclusão do inquérito, em caso de flagrante, a partir da data em que cumprido o mandado de prisão.**
- c) Da investigação, a autoridade policial fará relatório detalhado do caso, não podendo, em qualquer hipótese, arquivar o inquérito policial.
- d) Se o fato for de difícil resolução, a autoridade policial poderá requerer ao juiz, desde que o indiciado não esteja preso, a fixação de prazo para realizar outras diligências investigativas. Nesse caso, o prazo não é legal, mas fixado pelo juiz.
- e) Ainda que imprescindível à investigação, não será possível a simulação dos fatos se contrariar a moralidade ou a ordem pública.

28) É atribuição da autoridade policial:

- a) Realizar as diligências requeridas pelos membros da Perícia Criminal, do Ministério Público e da Magistratura.
- b) Apreender os instrumentos e objetos relacionados aos fatos antes mesmo de serem periciados.
- c) Proceder ao reconhecimento de pessoas, não podendo realizar acareações, que são exclusivas do juízo.
- d) Providenciar, em qualquer caso, a realização de exame de corpo de delito.

e) Representar pela aplicação de medidas cautelares.

29) Sobre a ação penal, marque a correta:

- a) A ação penal pública condicionada admite, em alguns casos, a requisição de Ministro da Defesa.
- b) Se o crime tiver sido cometido contra o patrimônio ou interesse do Município, a ação penal será pública incondicionada.**
- c) Qualquer pessoa, sendo caso de ação privada, pode provocar a atuação do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, as informações de que dispuser.
- d) A ação penal, nas contravenções penais, será iniciada com o auto de prisão em flagrante ou por meio de portaria expedida apenas pela autoridade policial.
- f) Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, admite-se a ação privada, não sendo mais possível ao Parquet atuar no processo.

30) Sobre a apreciação das provas judiciais, marque a errada:

- a) É possível ao juiz fundamentar a sua decisão de forma exclusiva em provas colhidas durante o inquérito policial, se irrepetíveis, cautelares ou tiverem sido produzidas de forma antecipada.
- b) Apenas no tocante ao estado das pessoas é que serão consideradas as restrições constantes do Código Civil.

c) **Cabe a quem alega provar a sua alegação, não podendo a autoridade judicial interferir na produção probatória, ainda que restem dúvidas sobre ponto relevante para a sentença.**

d) Não se admite no processo as provas produzidas de forma ilícita, devendo a autoridade judicial determinar a sua retirada dos autos.

e) Ressalvadas as hipóteses legais, também não se admitem as provas derivadas das ilícitas.

31) Sobre medidas cautelares, marque a correta:

a) Podem ser decretadas de ofício pelo juiz durante a investigação ou instrução criminal.

b) Devem ser necessárias para garantir a aplicação da lei penal, a investigação ou a instrução criminal e, em qualquer caso, evitar a reiteração criminosa.

c) A medida escolhida pelo juiz deve ser adequada à pena estabelecida para a infração cometida, levando-se em consideração, ainda, as consequências do fato e as condições pessoais do autor do delito.

d) É possível ao juiz, de ofício, revogar a cautelar, substituí-la por outra e decretá-la novamente, se existentes motivos que fundamentem a sua decisão.

e) É admissível ao juiz decretar a prisão preventiva, mesmo sendo cabíveis outras medidas cautelares.

32) Sobre o procedimento do júri, marque a correta:

a) Recebida a denúncia, o acusado será citado para a audiência de instrução e julgamento.

b) Na audiência, o juiz não pode indeferir a produção de provas, em atenção ao princípio da plenitude de defesa.

c) A primeira fase do procedimento encerra-se com a pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação.

d) Em caso de dúvida sobre a materialidade do fato, o juiz absolverá sumariamente o acusado.

e) Contra a desclassificação, cabe apelação.

33) Sobre a sentença penal, marque a correta:

a) A sentença penal não comporte embargos de declaração.

b) Não é possível ao juiz, mas somente ao Tribunal, promover a emendatio libelli.

c) O juiz criminal não pode condenar o acusado a reparar civilmente os danos causados à vítima, mesmo que comprovados no decorrer do processo.

d) Se o acusado respondeu ao processo preso, o juiz, ao condená-lo, está dispensado de fundamentar a permanência da prisão.

e) É possível ao juiz condenar o acusado, em delito de ação de natureza pública, mesmo que a acusação tenha se manifestado pela absolvição.

34) Acerca da política judiciária de solução consensual de conflito prevista no CPC/15, assinale a alternativa correta:

a) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, somente no curso do processo judicial.

b) A audiência de conciliação ou mediação é, em regra, o primeiro ato a ser praticado no procedimento comum, devendo ser designada mesmo que a parte autora manifeste expressamente sua opção pela não designação de conciliação na petição inicial.

c) Apesar de as partes poderem negociar sobre o objeto litigioso do processo, não podem negociar sobre o processo, vez que o procedimento a ser adotada é previsto exclusivamente em lei.

d) O Estado promoverá, até a prolação da sentença de primeiro grau, a solução consensual dos conflitos

e) Poderá haver mais de uma sessão destinada à conciliação e à mediação entre as partes, até o máximo de 03 (três) sessões, não podendo exceder a 2 (dois) meses da data de realização da primeira sessão.

35) Segundo disposições expressas do CPC/15 acerca da Gratuidade da Justiça, marque a alternativa INCORRETA:

a) A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

b) A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

c) Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos.

d) O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

e) O juiz não poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

36) NÃO é causa de impedimento do Juiz:

a) Quando for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

b) Quando o advogado ou membro do Ministério Público for seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

c) Quando for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo

d) Quando for parte no processo ele próprio, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

e) Quando figurar como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços.

37) Assinale a alternativa que corresponde ao regramento processual sobre as nulidades:

a) Quando a lei prescrever determinada forma sob pena de nulidade, a decretação desta pode ser requerida pela parte que lhe deu causa.

b) Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz não considerará válido o ato mesmo se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.

c) A nulidade dos atos deve ser alegada na primeira oportunidade em que couber à parte falar nos autos, sob pena de preclusão.

d) Anulado o ato, consideram-se de nenhum efeito todos os subsequentes que dele dependam bem como os que dela sejam independentes.

e) Ao pronunciar a nulidade, o juiz não precisa declarar os atos que estão sendo atingidos.

38) Marque a alternativa que contém hipótese em que o juiz pode julgar improcedente liminarmente o pedido:

a) Quando verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.

b) Quando o autor carecer de interesse processual;

c) Quando a parte for manifestamente ilegítima.

d) Quando a petição inicial for inepta.

e) Quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão

39) Sobre a sentença e os elementos que a compõem, assinale a alternativa correta:

a) a fundamentação é elemento essencial da sentença, nela conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.

b) É facultado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

c) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.

d) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida.

e) A decisão deve ser certa, exceto se resolver relação jurídica condicional.

40) Sobre a audiência de instrução, assinale a alternativa que NÃO guarda relação com as disposições do CPC/15:

a) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, independentemente do emprego anterior de outros métodos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a arbitragem.

b) A audiência não poderá ser adiada por convenção das partes.

c) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, em primeiro lugar, o perito e os assistentes técnicos, se for o caso.

d) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.

e) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 (trinta) dias.

41) Sobre o controle de constitucionalidade, marca a assertiva errada:

- a) **A fim de garantir a autoridade de decisão proferida pelo STF, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, a Corte Suprema reconhece como cabível o ajuizamento de reclamação, nos termos do art. 102, I, mesmo quando o ato judicial que se alega ter desrespeitado sua decisão já tenha transitado em julgado.**
- b) Através da ação declaratória de constitucionalidade busca-se declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- c) O Órgão competente para apreciar a ação direta de constitucionalidade é o STF, conforme estabelecido no Art. 102, I, 'a' da CF/1988, de forma originária.
- d) Segundo a doutrina majoritária, a reclamação constitucional nada mais é que um instrumento de caráter mandamental e natureza constitucional.
- e) Julgada a ADPF, serão comunicadas as autoridades ou órgãos responsáveis pela prática dos atos questionados, fixando-se as condições e o modo de interpretação e aplicação do preceito fundamental.

42) Assinale a assertiva errada:

- a) Segundo do STF, é constitucional lei estadual que determina a reserva de vagas, na mesma escola, para irmãos que frequentem a mesma etapa ou o mesmo ciclo escolar.
- b) Para o STF, é constitucional a regra do Código de Trânsito que impõe a aplicação de multa e infrações administrativas aos motoristas que se recusem a fazer bafômetro, exames clínicos ou perícias visando aferir influência de álcool ou outra substância psicoativa
- c) **Na constituição brasileira existe o instituto da candidatura nata, ou seja, o direito de o titular do mandato eletivo ser, obrigatoriamente, escolhido e registrado pelo partido como candidato à reeleição.**
- d) A imposição legal de manutenção de exemplares de Bíblias em escolas e bibliotecas públicas estaduais configura contrariedade à laicidade estatal e à liberdade religiosa consagrada pela Constituição da República de 1988.
- e) Segundo o STF, Estados e Municípios podem restringir temporariamente atividades religiosas coletivas presenciais a fim de evitar a proliferação da Covid-19

43) Marque a assertiva errada:

- a) É ilegítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica
- b) **O Poder Público não pode determinar a vacinação compulsória contra a Covid-19.**
- c) C) É inconstitucional, por transgressão ao princípio da isonomia entre homens e mulheres (art. 5º, I, da CF/88), a exigência de requisitos legais diferenciados para efeito de outorga de pensão por morte de ex-servidores públicos em relação a seus respectivos cônjuges ou companheiros/companheiras.
- d) É inconstitucional lei estadual que proíba que a Administração Pública contrate empresa cujo diretor, gerente ou empregado tenha sido condenado por crime ou contravenção relacionados com a prática de atos discriminatórios.

e) Segundo o STF, É inconstitucional lei municipal que proíba a divulgação de material com referência a “ideologia de gênero” nas escolas municipais.

44) Assinale a alternativa errada:

- a) Segundo o STF, Não é possível, atualmente, o ensino domiciliar (homeschooling) como meio lícito de cumprimento, pela família, do dever de prover educação.
- b) São constitucionais a exigência de idade mínima de quatro e seis anos para ingresso, respectivamente, na educação infantil e no ensino fundamental, conforme jurisprudência do STF.
- c) É constitucional Lei que reserva a pessoas negras 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.
- d) A omissão injustificada da Administração em providenciar a disponibilização de banho quente nos estabelecimentos prisionais fere a dignidade de presos sob sua custódia.
- e) **A garantia constitucional da gratuidade de ensino obsta a cobrança por universidades públicas de mensalidade em cursos de especialização.**

45)- Assinale a alternativa errada:

- a) É inconstitucional lei ordinária que fixa idades mínima e máxima para ingresso na magistratura
- b) Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público não podem exercer a advocacia, configurando-se tais restrições adequadas e razoáveis à liberdade de exercício profissional por traduzirem expressão de valores constitucionalmente protegidos.
- c) O caráter nacional da magistratura impede diferenciação remuneratória entre magistrados federais e estaduais; logo, o teto remuneratório da magistratura federal não pode ser superior que o da magistratura estadual
- d) **Compete ao STJ processar e julgar originariamente ações propostas contra o CNJ e contra o CNMP no exercício de suas atividades-fim.**
- e) A comprovação do triênio de atividade jurídica exigida para o ingresso no cargo de juiz substituto, nos termos do art. 93, I, da CF, deve ocorrer no momento da inscrição definitiva no concurso público.

46– Marque a assertiva errada

- a) A ampla liberdade de informação, opinião e crítica jornalística reconhecida constitucionalmente à imprensa não é um direito absoluto, encontrando limitações, tais como a preservação dos direitos da personalidade.
- b) o STF decidiu que o ordenamento jurídico brasileiro não consagra o denominado direito ao esquecimento.
- c) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, exigindo-se, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, em respeito aos princípios da identidade e da dignidade da pessoa humana, inerentes à personalidade.
- d) Não viola o texto constitucional a imposição legal de restrições à publicidade de produtos fumígenos e de inserção de advertências sanitárias em suas embalagens quando

se revelarem adequadas, necessárias e proporcionais para alcançar a finalidade de reduzir o fumo e o consumo do tabaco, hábitos que constituem perigo à saúde pública.

e) É inconstitucional norma estadual que, a pretexto de proteger a saúde pública, obriga as prestadoras de serviços de telefonia celular e de internet a inserirem, nas faturas de consumo, mensagem incentivadora à doação de sangue.

47) Assinale a alternativa errada:

A) Os novos modelos de *judicial review* desenvolvidos no Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia, são conhecidos sob a denominação de *weak-form judicial review*.

B) É constitucional o dispositivo de constituição estadual que confere ao tribunal de justiça local a prerrogativa de processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade contra leis e atos normativos municipais tendo como parâmetro a Constituição Federal, desde que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos estados.

C) é inconstitucional dispositivo da Constituição estadual que afirme ser possível ajuizar ADI, no Tribunal de Justiça, contra lei ou ato normativo estadual ou municipal sob o argumento de que ele viola a Lei Orgânica do Município.

D) Caso o STF, ao julgar uma ADI, ADC ou ADPF, declare a lei ou ato normativo inconstitucional, a Corte não poderá, de ofício, fazer a modulação dos efeitos dessa decisão.

E) São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

48) Assinale a alternativa incorreta:

a) Mandado de Segurança é um meio posto à disposição de toda pessoa física ou jurídica, órgão com capacidade processual ou universalidade reconhecida por lei, para a proteção de direito individual ou coletivo, líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, lesado ou ameaçado de lesão, por ato de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

- b) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança.
- c) Não é cabível mandado de segurança contra lei em tese.
- d) É possível a impetração de mandado de segurança quando o projeto de lei ou a proposta de emenda à constituição atinja cláusula pétrea ou quando desrespeitar o processo legislativo (inconstitucionalidade normodinâmica)
- e) **Segundo o STF, é constitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.**

49) Marque a afirmativa errada:

- a) Considerado o princípio da separação dos poderes, conflita com a Constituição Federal a extinção, por ato unilateralmente editado pelo Chefe do Executivo, de órgãos colegiados que, contando com menção em lei em sentido formal, viabilizem a participação popular na condução das políticas públicas – mesmo quando ausente expressa indicação de suas competências ou dos membros que o compõem.
- b) O exame da vigente CF permite constatar que a execução dos tratados internacionais e a sua incorporação à ordem jurídica interna decorrem, no sistema adotado pelo Brasil, de um ato subjetivamente complexo, resultante da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Congresso Nacional, que resolve, definitivamente, mediante decreto legislativo, sobre tratados, acordos ou atos internacionais (CF, art. 49, I) e a do presidente da República, que, além de poder celebrar esses atos de direito internacional (CF, art. 84, VIII), também dispõe – enquanto chefe de Estado que é – da competência para promulgá-los mediante decreto.
- c) **É do Congresso Nacional a competência exclusiva para autorizar a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígena, após prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.**
- d) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações

sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

e) Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

50) Marque a assertiva errada

a) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica e excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria simples de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir do seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

b) Para existir controle de constitucionalidade é necessário que o ordenamento jurídico seja dotado de uma Constituição rígida.

c) Decorre diretamente da rigidez constitucional a existência de normas jurídicas com processo de modificação diferenciados: as normas constitucionais são consideradas superiores, e assim, sujeitas a um processo de modificação mais rígido e complexo do que o processo de modificação das normas “ordinárias”.

d) Hans Kelsen foi o grande idealizador do modelo de controle de constitucionalidade instituído na Áustria pela Constituição de 1920 e aprimorado na reforma de 1929. Em tal sistema, conferiu-se a um único órgão central o poder de pronunciar a inconstitucionalidade das normas. Este órgão chamado de Tribunal Constitucional, detém, com exclusividade, o dever de analisar “concentradamente” a compatibilidade de qualquer lei ou ato normativo em face do texto constitucional.

e) Através do controle difuso por via de exceção qualquer interessado poderá suscitar a questão de inconstitucionalidade, em qualquer processo, seja de que natureza for, qualquer que seja o juízo.